

O ESPORTE COMO INSTRUMENTO DE DIPLOMACIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

SPORTS AS AN INSTRUMENT OF DIPLOMACY IN THE INTERNATIONAL SCENARIO

Thalita Franciely de Melo Silva¹
Renan Tenório Cavalcanti²

RESUMO

A finalidade desse artigo é explicar como o esporte pode ser utilizado como instrumento de diplomacia no cenário internacional. Leva-se em consideração que a globalização e o crescimento da tecnologia tem propiciado avanços consideráveis, favorecendo, dessa forma, que os Estados tenham a facilidade de interagir entre si, tornando, muitas vezes, as negociações diplomáticas conflituosas. Nesse entendimento, os governos buscam outros níveis de relacionamento diferentes da política tradicional, estendendo suas ações diplomáticas a áreas anteriormente não exploradas, como ocorre na diplomacia esportiva. Metodologicamente, trata-se de um estudo de natureza básica, de caráter exploratório e de abordagem qualitativa, realizado por meio de abordagem bibliográfica. O estudo revela a importância dos esportes, em que os megaeventos se caracterizam como importantes instrumentos no qual os Estados podem exercer a diplomacia esportiva no cenário internacional.

Palavras-chave: Diplomacia Esportiva; Relações Internacionais; Esporte; Estados

ABSTRACT

The purpose of this paper is to explain how sports may be used as an instrument of diplomacy in the international scenario. It is taken in consideration that the globalization and the growth of technology had provided considerable achievements, favouring, like this, that the States have the convenience to interact with one another, making, quite often, the diplomacy negotiation a conflict situation. With this understanding, governments seek for other levels of relationship different from traditional politics, extending their diplomatic actions to areas previously unexploited, as occurs in the diplomacy of sports. Methodologically, it is a basic study, exploratory in nature and qualitative approach, accomplished by bibliographic concept. The study reveals the importance of sports, where mega events are characterized as important instruments where the states may wield the diplomacy of sports in the international scenario.

Keywords: Diplomacy; Soccer; International Relations; Sport; States.

INTRODUÇÃO

É notória a ocorrência de conflitos no contexto internacional causados por questões étnicas, religiosas e políticas. Em alguns casos, a comunicação diplomática é fundamental para a resolução de tais conflitos. Bath (1989) afirma que a diplomacia é um importante processo de cunho político, no qual as políticas externas de um determinado Estado se posicionam com o objetivo de trazer influências às relações externas de outro Estado. Deste modo, apresenta um caráter abrangente, que inclui desde

¹ Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (thalita.fmelo@gmail.com).

² Centro Universitário Estácio do Recife (renan_nautico1995@hotmail.com).

a instalação de embaixadas em um determinado país até as negociações de paz e as tentativas de diálogos no âmbito dos acordos comerciais.

As negociações diplomáticas poderão variar conforme a gravidade do litígio. Quando a causa é de menor gravidade, a resolução pode derivar de um entendimento entre o Ministério de Relações Exteriores do país e a missão diplomática do outro ator envolvido. Caso as missões sejam de maior gravidade, a solução poderá vir por meio de funcionários de alto nível do governo, os quais poderão ser, a depender do caso, os próprios ministros das Relações Exteriores. Entretanto, por conta da complexidade que envolvem as relações internacionais, não é sempre que soluções podem ser alcançadas, uma vez que a política doméstica e as relações internacionais estão entrelaçadas (Putnam, 2010).

Destaca-se que, atualmente, se percebe uma necessidade de que os governos atuem em outros níveis diferentes da política tradicional, estendendo suas ações diplomáticas a áreas antes não exploradas, como ocorre na diplomacia esportiva (Jesus, 2011). Segundo Portela (2014), esse tipo de diplomacia se caracteriza pela aproximação de todos os entes envolvidos, como Estados e indivíduos por meio de ações ligadas direta ou indiretamente com os assuntos esportivos.

A globalização e o crescimento da tecnologia tem propiciado avanços consideráveis, favorecendo, dessa forma, que os Estados tenham a facilidade de interagir entre si, tornando, muitas vezes, as negociações diplomáticas conflitivas. Os esportes e a realização dos megaeventos vêm demonstrando ser um grande aliado na busca da paz e da cooperação internacional, ao propiciar acordos firmados por meio das relações diplomáticas. Nesse sentido, o presente artigo busca responder ao seguinte problema: como o esporte pode ser utilizado como instrumento de diplomacia no cenário internacional?

A escolha do objeto se justifica pela facilidade do esporte em envolver Estados em um único objetivo. Além disso, acrescenta-se a sua utilização como instrumento de promoção à paz mundial e à diplomacia entre os Estados nos diferentes continentes. Quanto a sua importância no campo acadêmico, salienta-se que ainda existem poucos estudos relacionados ao assunto, o que demanda uma análise aprofundada em Relações Internacionais. Por isso, a finalidade desse artigo se centra em explicar como o esporte pode ser utilizado como instrumento de diplomacia no cenário internacional.

Quanto à metodologia, essa pesquisa se caracteriza por ser de natureza tipo básica, pois objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço, bem como exploratório, tendo como finalidade proporcionar mais informações sobre o objeto de estudo em questão (Prodanov; Freitas, 2013). No que se refere aos procedimentos técnicos, é bibliográfica, pois buscou-se em livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, informações necessárias para responder à pergunta problema. Por fim, no que tange aos objetivos é de caráter exploratório e de abordagem qualitativa, no qual o processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Para fins de divisão do artigo, inicialmente, será analisado o papel da diplomacia e da resolução de conflitos gerados entre os países. Em seguida, será explanado como o esporte pode ser compreendido dentro do arcabouço das Relações Internacionais, em particular, com a análise do conceito de *soft power*. Por fim, serão argumentadas como o esporte pode ser percebido como um instrumento da diplomacia esportiva.

DIPLOMACIA E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

O cenário internacional apresenta certa complexidade no que se refere às relações entre os Estados por envolver diversas questões. Nesse sentido, a diplomacia exerce um papel de destaque não somente na política, mas em outras áreas, como em negociações comerciais, assistência aos cidadãos em países diferentes da sua nacionalidade ou até mesmo, nos esportes.

Segundo Lee e Hocking (2011), a diplomacia significa a conduta dos assuntos humanos por meios pacíficos, empregando técnicas de persuasão e negociação. Entre os Estados, tem sido frequentemente usada como sinônimo de política externa, referindo-se a um meio pelo qual as tomadas de decisões são implementadas. Ademais, ainda segundo os autores, pode designar um conjunto de estruturas por meio das quais os processos são conduzidos. De acordo com Melo (2016: 9):

A diplomacia, portanto, constitui-se como um importante instrumento no diálogo internacional de um país. As regras para a utilização deste mecanismo foram estabelecidas na Convenção de Viena, no ano de 1961, quando se estipulou também as imunidades e privilégios das missões, do diplomata, da família do diplomata e a extensão destas garantias.

A profissão de diplomata consta como uma das mais antigas já registradas, em que esse papel, a primórdios, era realizado por meio de um negociador de trégua entre determinadas nações. Moreira (2002) afirma que antes não existia uma concepção de solidariedade entre os povos, que demorou a

se firmar, prevalecendo o isolamento e a defesa territorial de maneira agressiva e hostil. A exemplo disso, cita-se o império romano, que percebia a interferência de qualquer outro povo como ameaça à sua própria sobrevivência.

Com o passar dos tempos, o homem percebeu que era necessário se relacionar com outros povos, rompendo com o isolamento habitual. A introdução de regras gerais permitiu o início das relações entre os diversos povos que estavam debaixo de ordens jurídicas internas diferentes. Assim, os povos antigos, mesmo estando em um nível bem elementar de sociedade, desenvolveram procedimentos que antes só se aplicavam em ocasiões que envolviam a guerra, dentre os quais, se destaca o envio de mensageiros (Moreira, 2002). Esses mensageiros possuíam tamanha importância como os diplomatas da atualidade, tendo liberdades de movimento e imunidade pessoal. Em casos de agressões, uma guerra poderia ser iniciada, tendo em vista o desrespeito não somente ao enviado em nome da nação, mas a própria nação (Rezek, 2011).

Nesse contexto, destaca-se que a diplomacia é vista como uma importante comunicação entre os Estados, pois além de se constituir como uma arte de diálogo, é também um sistema de relações internacionais. Para Wight (1985: 107), “a diplomacia é o sistema e a arte da comunicação entre os Estados”. Além disso, se apresenta como um instrumento advindo de uma relação externa de um determinado Estado, como representação do entendimento quanto à existência de uma comunidade internacional que tem como objetivo chegar a um consenso de ideias. A diplomacia, também, age como facilitadora na comunicação entre os líderes de Estados (Moreira, 2002).

A comunicação diplomática se desenvolve por meio de convenções internacionais, que são importantes meios que visam estabelecer uma linguagem uníssona entre os Estados envolvidos. Essas convenções disciplinam regras que os países participantes se comprometem a cumpri-las. Logo, a diplomacia não atua somente no âmbito de solução de conflitos e na promoção de paz, mas apresenta, por exemplo, uma abordagem voltada também para o comércio exterior.

Cabe ressaltar ainda, que a diplomacia é um importante processo de cunho político, no qual as políticas externas de um determinado Estado se posicionam com o objetivo de trazer influências às relações externas de outro Estado. Dessa forma, por apresentar um caráter abrangente, inclui desde a instalação de embaixadas em um determinado país até as negociações de paz e as tentativas de diálogos no âmbito dos acordos comerciais (Bath, 1989). Para Mello (2002: 1383), “os litígios

internacionais que aparecem entre os Estados devem ser solucionados de modo pacífico, uma vez que houve a renúncia à guerra”.

Existem casos em que o litígio é inevitável, por isso, vários meios de soluções pacíficas de conflitos no cenário internacional, como modos diplomáticos, políticos e jurídicos, podem ser utilizados. Dentre as formas diplomáticas, as negociações e os serviços amistosos e mediações se destacam (Moreira, 2002). Segundo Melo (2016: 18):

No modo político de solução de litígios existem alguns competentes: a ONU, no plano global e a OEA, para o continente americano. Na forma jurídica de resolução de conflitos internacionais existem as Comissões de investigação, a conciliação e a solução judiciária e arbitral.

No plano do direito internacional, o litígio trata-se de um desacordo a respeito de uma questão de direito ou de fato, algo que se contradiz, uma oposição a qualquer tese jurídica ou de interesses entre dois Estados (Mello, 2002). Nesse entendimento, percebe-se que deve existir algum tipo de dissenso anterior ao conflito em si para que as negociações diplomáticas se iniciem para a solução da problemática em questão. Tais negociações poderão ocorrer de forma bilateral ou multilateral. A primeira acontece quando o problema em pauta está envolvendo somente dois Estados soberanos. Enquanto que a segunda, ocorre quando houver o envolvimento ou o interesse de mais de dois Estados (Moreira, 2002).

Segundo o Instituto Camões (2010: 1): “os diplomatas costumam se reunir em território neutro quando surgem dificuldades de atribuição de passaportes a representantes diplomáticos por parte de governantes hostis”. Grande parte dos conflitos ocorridos entre Estados se resolvem por meio de negociações e acordos, em sua maioria, por meio de negociações diretas. Esse meio é mais usual por propiciar melhores resultados quando há divergências entre Estados. A predominância se justifica porque a forma bilateral das negociações diplomáticas tem um ato de caráter não público, favorecendo um acordo entre os Estados envolvidos (Menezes, 2002).

As negociações diplomáticas poderão variar conforme a gravidade do litígio. Assim, quando a causa é de menor gravidade, é necessário somente um entendimento entre o Ministério de Relações Exteriores do país e a missão diplomática do outro envolvido. Caso as missões sejam de maior gravidade, a solução poderá vir a partir de entendimentos entre funcionários de alto nível do governo

dos atores envolvidos, os quais poderão ser, a depender do caso, os próprios ministros das Relações Exteriores (Menezes, 2002).

Em se tratando de Brasil, a prática diplomática contém alguns desdobramentos bastante específicos, tanto no que se refere ao âmbito legislativo quanto ao administrativo e burocrático. O Decreto-lei nº 791, promulgado em 1938, reorganizou o Ministério das Relações Exteriores, fundindo as carreiras consulares e diplomáticas no contexto brasileiro. “ Basicamente, os diplomatas representam e promovem os interesses brasileiros no plano internacional, fortalecem os laços de cooperação do Brasil com seus parceiros externos e prestam assistência aos brasileiros no exterior” (BRASIL, 2018: 1).

De acordo com Amado (2013: 19), “o diplomata brasileiro é muito bom, mesmo na comparação direta com os diplomatas de outros países, incluindo ou mesmo pondo em destaque os dos mais desenvolvidos”. Além do mais, precisam lidar com diversas decisões políticas e econômicas por parte direta do Executivo. Esse autor traz, também, que a maior contribuição que o Brasil presta à estabilidade política da América do Sul é acertar, pacificamente, todas as fronteiras ao longo de 14 mil quilômetros de extensão.

Nesse caso, o diplomata brasileiro deixa evidenciar suas credenciais específicas a fim de propor a resolução pacífica de conflitos por ter experiência de convivência pacífica com vários países em suas fronteiras. Amado (2013: 20) apresenta ainda outras características do diplomata brasileiro que o auxiliam nos seus objetivos internacionais:

O Brasil está nas primeiras posições, na escala mundial, em termos de dimensões territoriais, população, Produto Interno Bruto (PIB), comércio exterior, produção de energia; [...] Foi eleito 10 vezes para ocupar vaga de membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); É ator expressivo no comércio internacional, [...] o que lhe faculta atuar com a devida objetividade na defesa de seus próprios interesses à mesa de negociação bilateral ou nos vários foros multilaterais de comércio.

Vários diplomatas de outros países, mesmo possuindo essas características, afirmam que os brasileiros possuem uma notável formação por causa da densidade demográfica existente no país. Tal afirmação se sustenta no argumento de que diversas nações como China, Índia e Estados Unidos também possuem grande densidade demográfica, mas o destaque brasileiro está no contexto social, educacional e territorial, o que o torna diferente dos demais países em todo o mundo (Amado, 2013).

A fim de aprofundar a discussão acerca das práticas diplomáticas nos esportes, especificamente no futebol, a seção seguinte trata de explicar como essa ferramenta negociadora nas relações internacionais é utilizada para estreitar e facilitar a comunicação entre os Estados.

O ESPORTE COMO FERRAMENTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O esporte foi utilizado de diversas maneiras ao longo dos séculos. Essa prática inclui desde simples atividades de entretenimento até como ferramenta negociadora entre os Estados. Após a Guerra Fria, novos campos de interesses foram surgindo e, dentre os quais, segundo Vasconcellos (2011: 7), destaca-se “[...] a questão momentosa do esporte, que serviu de móvel, mote e meio de propagandas nacionalistas, de teatro de peças políticas, de palanque de discursos populistas e de plataforma de pretendido domínio ideológico”.

Vale mencionar ainda, que o esporte tem sido um dos fenômenos culturais mais importantes do século XX. Isso se deve ao fato de que trata-se de um elemento presente no processo de globalização da cultura, um recurso utilizado pela política externa para aflorar as relações internacionais, que oferece uma extensa variedade de contextos e deixa-o em lugar de destaque na política mundial (Suppo, 2012).

Nesse contexto, têm-se a importância dos eventos esportivos, por demandar uma organização econômica e política do país receptor. Além disso, relações diplomáticas amigáveis com outros países se tornam fulcrais, por causa do traslado das delegações esportivas e dos chefes de Estado das nações que estarão participando do evento para o local dos jogos. Portela (2014) salienta que o país receptor do evento deve se atentar a necessidade de uma estabilidade econômico-financeira, para que não entrem em crise após o evento, como ocorreu na Grécia no ano de 2004, após os gastos excessivos oriundos dos Jogos Olímpicos.

As várias maneiras de influência mútua entre o esporte, as questões econômicas e o poder no cenário internacional ainda não ganharam muito espaço nas discussões em Relações Internacionais. Entretanto, há de se destacar a importância dessa temática nas questões voltadas ao interesse dos atores internacionais, como ocorre em casos de expansão de mercados. Nesse caso, o objetivo principal é adquirir novas parcerias comerciais, considerando o aspecto otimista que esses eventos esportivos trazem consigo, especialmente, por reunir de forma amigável e pacífica, como ocorre em Copas do Mundos (Portela, 2014). Além disso, em instituições como a Federação Internacional de

Futebol (FIFA) e o Comitê Olímpico Internacional (COI), os Estados podem almejar ganhos advindos da possibilidade de projeção internacional a partir da utilização do poder brando (*soft power*) (Toledo; Grix; Bega, 2015).

O *soft power* é um conceito inovador que surgiu nas Relações Internacionais por volta da década de 1980, quando a importância da cooptação sem a necessidade do uso da força ou do poder militar foi percebida com o declínio dos Estados Unidos à época. Mesmo sendo recente, sua prática é tão antiga quanto a própria história da humanidade (Nye, 2012). Para muitos, o poder brando trata-se de qualquer coisa que não aponte para a força militar. Mesmo que abordagens realistas atrelem o poder à busca de recursos que sejam palpáveis, o *soft power* também é uma forma de concretização dos resultados almejados (Ferreira, 2016).

Segundo Changhe (2013), o *soft power* passou a ser utilizado estrategicamente por diversos países, especialmente, por causa de três importantes fatores que contribuíram para seu papel na diplomacia atual e nas relações internacionais: o aparecimento das armas nucleares, o que tornou improvável e inaceitável o acontecimento de uma grande guerra; a popularização da educação avançada, que favoreceu e criou condições suficientes para a sua utilização; e a força do conhecimento e da informação, particularmente, na era da internet. Cabe destacar, também, que não é somente os Estados que podem utilizar *soft power*, mas instituições, organizações e corporações conseguem com a mesma capacidade, utilizar esse tipo de poder (Nye, 2012).

Tanto no *soft power* quanto no *hard power*, é possível perceber uma habilidade de se alcançar uma meta, partindo-se da mudança comportamental de outros. A diferença reside na natureza do comportamento dos envolvidos e na materialidade dos recursos empreendidos. Em relação à natureza comportamental, o *soft power* se liga ao de cooptação, o que, segundo Nye (2004, p. 7), trata-se da “capacidade de moldar as preferências dos outros, podendo se relacionar com a atratividade da sua cultura e valores”. Já o *hard power*, associa-se ao poder de comando, o que segundo Nye (2004: 7), é “a capacidade de moldar as preferências dos outros com a coerção ou persuasão”. Enquanto o primeiro utiliza recursos não materializados como valores, culturas etc., o segundo usa a força, as sanções, subornos entre outros para alcançar a meta (Ferreira, 2016).

O *soft power* possui uma ligação direta com a credibilidade que o ator possui. Quando os governos são vistos como manipuladores e que as informações passadas não passam de propagandas, a credibilidade é totalmente destruída, o que resulta na ideia de cooptação do *soft power*. Quando a

manipulação é evitada, a não utilização desse tipo de poder é relacionada, denotando-se que a melhor propaganda não está na nela em si, mas no seu resultado, pois para qualquer forma de poder, é importante não se deixar claro quais seriam os seus impactos (Santos, 2016).

Quanto às fontes do *soft power* de um determinado país, segundo Nye (2012), se baseia majoritariamente em pelo menos três aspectos básicos: cultura, valores políticos e políticas externas. Para que esses recursos tenham como resultado a cooptação em função dos resultados almejados, é importante que a cultura seja algo atrativo, que os valores políticos sejam cumpridos tanto no âmbito interno quanto externo e que as políticas externas demonstrem legitimidade e possuam autoridade moral suficiente no cenário internacional. No *soft power*, o principal ativo é o conhecimento. Nesse sentido, em um país esse poder torna-se altamente dependente de sua capacidade produtiva de conhecimentos, tanto para os seus próprios indivíduos quanto para os demais no restante do mundo. Vale ressaltar que nem toda forma de conhecimento poderá ser difundida e aceita por todos, assim, esse conhecimento deverá ser comum, a fim de transmitir-se o seu poder.

Para Changhe (2013: 4), “o conhecimento comum é aquele aplicável em outras sociedades, o qual une as pessoas politicamente e economicamente, além de melhorar as condições de vida, facilitando uma ordem harmoniosa social e moralmente”. Nas relações internacionais, pelo menos dois aspectos se tornam evidentes para a utilização do *soft power*, a saber: objetivo, em que o foco principal deverá ser o cultivo de boas relações, ao invés de se criar inimigos ou alianças militares. Desta maneira, organizar os pontos de vista e as culturas divergentes é mais importante do que realizar a promoção da consciência e da uniformidade na sociedade internacional; e a estratégia, que por tradição, seria a eliminação física do inimigo, que se concentra em uma maneira de transformá-los em parceiros.

Vale ressaltar, ainda, que a utilização do *soft power* acarreta em cooperação entre os atores envolvidos, como ocorre na prática da diplomacia esportiva. Nesse intento, os Estados buscam no esporte uma fonte de fortalecimento para os negócios internacionais e para o crescimento econômico.

O ESPORTE COMO INSTRUMENTO DA DIPLOMACIA ESPORTIVA

A utilização do esporte como instrumento da diplomacia esportiva marcou as relações estatais e não estatais nas últimas décadas no cenário internacional. A diplomacia esportiva se caracteriza pela aproximação de todos os entes envolvidos, que vão desde os Estados e governos, até os indivíduos por meio de ações ligadas direta ou indiretamente com os assuntos esportivos (Portela, 2014).

Nesse caso, o meio diplomático se mostra como um campo primordial para a política externa de diversos países, tendo em vista a extensão de ações econômicas e políticas ligadas à esfera esportiva, comum entre os membros do cenário internacional. Há uma necessidade de que os governos atuem em outros níveis diferentes da política tradicional, estendendo suas ações diplomáticas a áreas antes não exploradas (Jesus, 2011). Além disso, segundo Jesus (2011), essa ferramenta econômica se tornou lucrativa para as empresas transnacionais pois, além de proporcionar meios ao turismo e servir como principal ferramenta de marketing, ainda coloca as cidades e os Estados em uma posição bem mais elevada no mundo globalizado. Segundo Portela (2014: 33):

O esporte passa a ser considerado um relevante negócio internacional a partir dos megaeventos, justamente porque os interesses nacionais de uma diplomacia esportiva de natureza estatal se encontram com os interesses econômicos e descentralizados por estratégia de uma paradiplomacia esportiva de uma série de empresas que naturalmente ou artificialmente passam a estar ligadas direta ou indiretamente ao mundo esportivo.

Nesse entendimento, a escolha do país sede para os grandes eventos esportivos torna-se cada vez mais importante. Ao conseguir trazer para seu território, o governo do país escolhido, geralmente, se empenha para proporcionar uma infraestrutura adequada, já que se tornará um importante fator para promoção do país no contexto internacional. “Além de ser uma força econômica em si, o esporte é também um potencial catalisador para o desenvolvimento econômico” (BRASIL, 2003: 9). É fundamental, a organização física, financeira e política para que eventos de grande porte ocorram satisfatoriamente (Vasconcellos, 2011).

Os megaeventos esportivos demonstram um grande potencial para os países sedes, pois representam a possibilidade de se apresentarem ao mundo, gerando empregos, atraindo investimentos e, por consequência, modernizando toda sua infraestrutura urbana, melhorando o transporte público, segurança e demais serviços. Por conseguinte, representam uma importante fonte de promoção do país ou cidade sede, deixando-os como uma marca registrada. Esse desejo está ligado ao senso de promover a própria imagem, bem como a sensação de orgulho de toda uma nação, por meio da imagem que o país sede deseja apresentar ao mundo (Cha, 2016). De acordo com Paulino (2015: 30):

Os governos dos países que se candidatam a sediar esses eventos o fazem, portanto, porque têm consciência de que são oportunidades únicas no espaço de uma geração ou mais para construir, modificar e projetar a imagem internacional de seus países com o propósito de aumentar sua influência no mundo: o chamado *soft power* ou poder brando [...] com o propósito de divulgar e tornar aceitos seus valores, sua cultura, atrair investimentos, abrir mercados para suas empresas e, sobretudo, tornar aceito seu poder econômico e militar.

Cabe trazer ainda, que os megaeventos, a propaganda, se apresenta como uma importante ferramenta capaz de despertar o interesse de diversos tipos de públicos. Muitas empresas de grande porte da área de telecomunicações investem no envolvimento das disputas televisivas, empreendendo quantias valorosas para conseguirem o direito de transmitirem com exclusividade os eventos em questão. Esses eventos demonstram a importância da comunicação entre as nações, por incentivar outros indivíduos a buscarem os resultados comuns esperados entre eles (Portela, 2014). As transmissões são acompanhadas por bilhões de pessoas, as quais assistem às competições de forma atenta como se tivessem nos locais do evento (Santos, 2016).

Cria-se no momento da propagação do evento, um crescimento em vários setores da economia, tendo em vista o aquecimento da rede hoteleira, os serviços diversos, a malha de transportes, rodovias e aeroportos do país sede. Vale ressaltar, também, o peso na balança de pagamentos, já que esse país poderá desenvolver relações comerciais com outros países, propiciando uma paradiplomacia esportiva a partir da espontaneidade de questões econômicas. Neste caso, o esporte atual dentro das relações internacionais é como um combustível gerador de investimentos econômicos, já que circundam grandes capitais e diversos atores internacionais (Portela, 2014).

Megaeventos globais, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, favorecem a geração de capital relativo às grandes multimasas esportivas, que conseguem por meio desses eventos, atuarem na economia mundial com a produção e venda de materiais esportivos. Além disso, os patrocínios por elas oferecidos aos mais diversos domínios resultam em uma grande cadeia de marketing que envolve os negócios no mundo esportivo. A exemplo disso, cita-se os Jogos Olímpicos realizados em Los Angeles, no ano de 1984, no qual tornou-se reconhecido como o marco relativo à realização de qualquer Olimpíada, pois a maioria do capital utilizado partiu do setor privado. Ademais, esse evento contou com o patrocínio de grandes empresas do mundo esportivo, que, atualmente, possuem grande importância para os negócios internacionais.

Outro ponto a se ressaltar, é que os megaeventos, como os Jogos Olímpicos, conseguem proporcionar uma interação entre os povos internacionalmente, diante de uma busca seletiva de celebração à paz. Para Vasconcellos, “tanto podem significar a superação de limites atléticos e técnicos, [...] como representar a afirmação do poder do Estado, a competição entre nações, raças e ideologias” (2011: 7-8). É possível perceber que as fontes de poder estão em constante mudança e os grandes eventos contribuem para que isso ocorra. Por causa das disputas políticas que os cercam, os megaeventos se

tornam alvos de interesse na nova ordem mundial, especialmente, depois do término da Guerra Fria, momento em que cresceu o desejo dos Estados de se tornarem sedes de tais eventos.

Os megaeventos despertam o interesse por parte dos atores internacionais e, conforme se aumenta o número de participantes, outras esferas passam a concebê-los com maior força, como é o caso do meio político e econômico (Portela, 2014). Estes eventos envolvem, também, atores que não pertencem ao meio político, como atletas, equipes, torcedores, federações e organizações não governamentais (Paulino, 2015). De acordo com Suppo (2012: 420), “o imenso poder de sedução do esporte e seu impacto econômico não podem hoje ser ignorados pelos Estados e nem pela indústria cultural”. Pelo crescimento destes eventos, diversas instituições internacionais organizadoras passaram também a exercerem influência dentro da sociedade internacional. Dessa forma, conseguem expandir sua atuação a questões sem ligação direta a competições esportivas, como por exemplo, a promoção da paz, visto que tais eventos poderão ser utilizados com vitrines para disseminar valores e ética.

Vale mencionar, ainda, que os megaeventos têm se apresentado como ótimas oportunidades para a troca de ideias com a comunidade internacional. Geralmente, fica perceptível a vontade dos países organizadores em realizar o melhor evento de toda história, levando em consideração todas as dificuldades existentes para se sediar um evento, de forma a demonstrar suas potencialidades e capacidades (Kobierecki, 2013).

O esporte, principalmente o futebol, influenciou diversos episódios que envolviam as questões diplomáticas. Um caso a se destacar foi o possível boicote aos jogos de Moscou, em 1932, quando a Alemanha nazista tentou instrumentalizar o esporte para fins políticos, com a intenção de controlar todos os aspectos da vida cotidiana de seu povo (Suppo, 2012). Quando Berlim foi escolhida para ser sede dos jogos Olímpicos em detrimento a Barcelona, os nazistas alemães passaram a utilizá-los como forma de propaganda do regime, da superioridade ariana e da afirmação da cultura germânica (Campos, 2016).

Campos (2016) traz que uma forte campanha internacional defendia que o boicote aos jogos nazistas ocorresse. Contudo, as autoridades esportivas internacionais buscavam não condenar o regime nazista, argumentando a separação entre esportes e política. Segundo Beamish e Ritchie (2006), não se sabe ao certo as vantagens políticas substanciais decorrente dessa Olimpíada, mas o que é certo é que a imagem política de Hitler saiu reforçada no solo alemão, mas também no exterior.

Outro exemplo que pode ser mencionado relaciona-se às tensões entre russos e estadunidenses por conta das Olimpíadas no ano de 1980. No cenário de Guerra Fria, o presidente Jimmy Carter pressionou que Comitê Olímpico Internacional cancelasse a competição ou mudasse a sede que ocorreria em Moscou. O boicote se deu como resposta política por conta da invasão militar soviética ao Afeganistão, ocorrida no mesmo ano. O governo dos Estados Unidos impôs sanções contra a Rússia, especialmente, na questão de exportação de tecnologia e trigo, levando, ainda, a 67 países a aderirem ao boicote nas Olimpíadas de 1980. Os atletas americanos foram proibidos de participar dessas olimpíadas, sob ameaça de terem seus passaportes cancelados (Meihy; Souza, 2017).

Lico (2007: 67) acrescenta que o amplo boicote envolvendo diversos países e todo o contexto político internacional que abarcou os grandes blocos ideológicos evidenciou a relação existente entre política e esporte. Nesse cenário, o boicote foi considerado como estratégia de utilização diplomática do esporte a fim de conquistar apoio de outros países a não participação nas Olimpíadas daquele ano. Os resultados não foram bons pra nenhuma das duas principais nações envolvidas, pois isso ocasionou a politização esportiva dentro do contexto da guerra fria (Paulino, 2015).

Outro episódio ocorreu com África do Sul, durante o período do *Apartheid*, em que foram banidas a participação desse país em competições entre os anos de 1934 e 1991. O regime de segregação racial conflitavam com a resolução da entidade esportiva que tornavam iguais as raças, as cores e os credos. Essa postura, inicialmente, foi liderada pela Rússia, e posteriormente, abraçado por países africanos que foram, à época, recentemente descolonizados (Meihy; Souza, 2017).

A utilização do esporte demonstra ser uma prática inevitável quando se pretende mobilizar sentimentos de nacionalismo. O esporte politizado serve para indicar que as relações internacionais são compelidas às massas, não importando se conduzidas secretamente, servindo de audiência para base de julgamento para quem está conduzindo. Os jogos modernos cedem espaço para uma lógica de mercado e política a partir do crescimento do público e dos participantes. A geopolitização do esporte não somente gera disputas e rivalidades, mas consegue facilitar a cooperação internacional entre os entes envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou compreender como o esporte pode ser utilizado como instrumento de diplomacia no cenário internacional. Observou-se que conflitos internacionais entre os Estados existem em

virtude das diversas questões de âmbito político, religioso, étnico e outros. Nesse entendimento, a comunicação diplomática se mostra importante para que tais conflitos possam ser dirimidos. Como visto, a diplomacia esportiva é caracterizada pela proximidade dos entes envolvidos, como Estados e indivíduos através de ações ligadas direta ou indiretamente com os assuntos esportivos. A partir disso, mostrou-se que líderes de governos estão buscando por meio do *soft power* abrir espaço para as ações diplomáticas em áreas até então pouco exploradas, como ocorre na diplomacia esportiva.

Demonstrou-se que a partir dos megaeventos realizados, os países conseguem apresentar ao mundo as possibilidades de paz e crescimento econômico, ao gerar trocas de investimentos que favorecem a infraestrutura interna e, principalmente, mitigam os conflitos potencialmente gerados por fatores adversos. Além do mais, a indústria esportiva tem demonstrado expressivo crescimento nas últimas décadas, decorrente da necessidade de capitalização na economia.

Percebeu-se, a partir de então, que o esporte, impulsionado pela realização de megaeventos é capaz de contribuir positivamente na construção de uma comunidade imaginada, pois sua amplitude abrange números suficientes de torcedores que consegue formar comunidades com um objetivo único, unir-se pelo forte laço invisível que os envolvem. Restou claro, que a diplomacia esportiva tem sua grande importância na projeção de poder por meio do *soft power*. Destaca-se, ainda, que essa temática torna-se significativa por trazer o objeto de estudo em questão para o cerne do debate na academia em Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

AMADO, A. 2013. Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata. Brasília: FUNAG.

BATH, S. 1989. O que é diplomacia. São Paulo: Brasiliense.

BEAMISH, R.; RITCHIE, I. 2006. Fastest, highest, strongest: a critique of high-performance sport. New York: Routledge.

BRASIL. 2003. Relatório da força tarefa entre agências das nações unidas sobre o esporte para o desenvolvimento e a paz. Brasília: Ministério do Esporte.

_____. Itamaraty. 2018. O Itamaraty e as carreiras do serviço exterior. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes-artigos/19363-o-ministerio-das-relacoes-exterores-e-as-carreiras-do-servico-exterior#I.2>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

CAMPOS, F. 2016. “A política no pódio: episódios de tensões e conflitos nos Jogos Olímpicos da Era Moderna”. Revista USP, v. 1, n. 108, pp. 11-20.

- CHA, V. 2016. "Role of Sport in International Relations: National Rebirth and Renewal". *Asian economic policy review*, v. 11, n. 1, pp.139-155.
- CHANGHE, S. "Soft Power". In: COOPER, A. F.; HEINE, J.; THAKUR, R. (orgs.). *The oxford handbook of modern diplomacy*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- FERREIRA, M. A S. V. 2016. Definições conceituais para o entendimento de Política Externa: o poder duro (hard power) e o poder brando (soft power). *Revista Mundorama*, out. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?article=definicoes-conceituais-para-o-entendimento-de-politica-externa-o-poder-duro-hard-power-e-o-poder-brando-soft-power-por-marcos-alan-s-v-ferreira>>. Acesso em: 13 fev. 2020.
- INSTITUTO CAMÕES. 2010. Diplomacia. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/images/stories/tecnicas_comunicacao_em_portugues/portugues%20nas%20relacoes%20internacionais/Diplomacia%20Artigo%20de%20Opinio.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- JESUS, Diego Santos Vieira de. 2011. "Triunfo, desgraça e outros impostores: um ensaio sobre hierarquia e exclusão no esporte e nas relações internacionais". *Revista Brasileira Educação Física e Esporte*, v. 25, n. 3, pp. 417-430.
- KOBIERECKI, M. M. 2013. "Sport in international relations expectations, possibilities and effects". *International Studies Interdisciplinary Political And Cultural Journal*, v. 15, n. 1, p.49-74.
- LEE, D.; HOCKING, Brian. 2011 *Diplomacy*. In: BERTRAND, B.; BERK-SCHOLOSSER, D.; LEONARDO, M. (eds). *The International Encyclopaedia of Political Science*. Kent: University of Kenty.
- LICO, F. A. A. 2007. *O boicote aos jogos olímpicos de Moscou - 1980: uma análise da reação do movimento olímpico brasileiro e internacional*. Dissertação. 149f. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- MEIHY, M.; SOUZA, L. 2017. "O esporte como ferramenta política e diplomática: o caso do boicote americano às Olimpíadas de Moscou (1980)". *FuLiA*, v. 2, n. 3, pp. 147-159.
- MELLO, C. D. A. 2002. *Direito internacional público*. Rio de Janeiro: Renovar.
- MELO, J. N. 2016. *A importância da diplomacia para a resolução de conflitos internacionais*. Monografia. 37f. Curitiba, Universidade Tuiuti do Paraná.
- MENEZES, E. 2002. *Solução pacífica de litígios internacionais*. Egov, dez. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22413-22415-1-PB.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2020.
- MOREIRA, S. E. 2002. *Privilégios e imunidades diplomáticos*. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão.
- NYE, J. S. 2012. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá.
- _____. 2004. *Soft power: The means to success in 'world politics*. Nova Iorque: Public Affairs.

- PAULINO, L. A. 2015. “Esportes, Megaeventos Esportivos e Relações Internacionais”. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 4, n. 1, pp. 21-37.
- PORTELA, V. Q. 2014. O esporte como instrumento de soft power nas relações internacionais. Monografia. 87f. Boa Vista, Universidade Federal de Roraima.
- PRODANOV, C.C.; FREITAS, E. C. 2013. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale.
- PUTNAM, R. O. 2010. “Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, pp. 147-174.
- REZEK, F. 2011. Direito internacional público: curso elementar. São Paulo: Saraiva.
- SANTOS, M. H. F. 2016. Esporte e diplomacia: Estudo de caso do Brasil durante o governo Lula. Monografia. 83f. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SUPPO, H. 2012. “Reflexões sobre o lugar do esporte nas relações internacionais”. *Contexto Internacional*, v. 34, n. 2, pp. 397-433.
- TOLEDO, R. M.; GRIX, J.; BEGA, M. T. S. 2015. “Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede”. *Revista de Sociologia Política*, v. 23, n. 56, pp. 21-44.
- VASCONCELLOS, D. W. 2011. Esporte, poder e relações internacionais. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- WIGHT, M. 1985. A política do poder. Brasília: Universidade de Brasília.